

## Capítulo 2

### A Enchente de 1974 em Tubarão, SC: A Construção de Um Desastre Natural

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/respon02>

*Macon Marques Frasson*

#### INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a enchente do rio Tubarão, ocorrida em março de 1974, na cidade de Tubarão, SC. A inundação não foi apenas uma enchente comum, de conotação local, mas um desastre conhecido internacionalmente. Em função de sua dimensão geográfica, da destruição que causou, das perdas materiais e humanas e de sua repercussão, ela acabou recebendo uma denominação própria, *A Enchente de 74*.

As chuvas, que acarretaram essa inundação em Tubarão, ocorreram entre os dias 22 e 25 de març o de 1974, no município de Tubarão e em seus arredores, resultando na maior cheia já registrada na região. O episódio   lembrado, ainda hoje, como sin nimo de grande sofrimento, principalmente pelos moradores da cidade. A lembrança da inundação permite analisar também sua memória.

Como metodologia, buscou-se aplicar conceitos de História Ambiental e desastres. Nessa perspectiva, o ambiente no qual o ser humano se insere e relaciona-se, que, neste caso, é um ambiente urbano (ambiente cultural), também ganha foco. Buscou-se desmistificar aspectos já naturalizados por meio do discurso, da produção relativa   m dia impressa sobre o desastre e da memória p s-enchente. E, ainda, problematizar o descaso com o meio

**Voltar ao Sumário**

natural, o não confronto de interesses econômicos e políticos por parte de quem pensa a enchente e como evitá-la. Então, a História Ambiental se aplica na relação cultura/natureza e aborda temas como clima, áreas de preservação, impactos ambientais, desastres ambientais, meio ambiente, discurso, interesses políticos e econômicos, entre outros.

Desse modo, este estudo se torna relevante, uma vez que questiona, além do enquadramento de uma inundação como desastre natural, o próprio conceito do desastre. Os “desastres naturais” possuem fortes traços humanos em sua gênese, mas que são transformados em “desastres naturais” através do discurso ou de um método distorcido de qualificação. Essa distorção acaba amortizando a crítica sobre o modelo de desenvolvimento econômico existente da sociedade consumista contemporânea e sua organização, construindo, com isso, uma falsa sensação de inocência por parte da sociedade diante de um “desastre natural”.

## **A Pesquisa de Desastres e a *Enchente de 1974***

Quanto à pesquisa histórica de um desastre ambiental, ela proporciona várias alternativas diferentes em relação à perspectiva de análise. Devido à sua abrangência, pode-se fazê-la por meio de um foco histórico-econômico, através de uma ótica social, por meio da história do tempo presente, da história política, do ponto de vista da discussão de gênero, da micro-história, da história ambiental, entre outras.

Na área de História Ambiental, o foco está muito além de uma análise da natureza, acentuadamente nesta pesquisa, por ela analisar um fenômeno em um contexto urbano. Nesse caso, o foco se encontra voltado ao ambiente, natural ou não, em que o ser humano está e relaciona-se. De modo grosseiro, pesquisar o ser humano sem se preocupar com o meio no qual ele está inserido é como pintar um quadro sem se preocupar com o plano de fundo.

Segundo Drummond (1991, p. 195), “[...] a ‘nova historiografia’ tem sido incapaz de esclarecer exatamente os tipos de sociedade gerados pela ex-

ploração de um recurso natural ou de vários recursos simultaneamente, ou de vários recursos em sequência”. Nesse sentido, a História Ambiental veio ocupar essa lacuna existente na linha historiográfica, a lacuna ambiental.

A preocupação com o ambiente natural e a crítica ambiental e com a exploração da natureza já vêm de longa data no Brasil. A Carta Régia de 1542 veio a ser o primeiro documento oficial a regulamentar a exploração de bens naturais no Brasil. José Augusto Pádua (2004) também evidencia alguns episódios que remetem ainda ao período escravista brasileiro, mas sua obra está voltada às florestas e aos meios naturais ou rurais, margeando o foco urbano proposto aqui.

Já no campo historiográfico, a discussão ambiental brasileira ainda é relativamente recente (MARTINEZ, 2006). No início dos anos 90, ela chegou como um método de pesquisa “estrangeira” (DRUMMOND, 1991, p. 195) e logo foi ganhando espaço entre outras perspectivas históricas. José Augusto Drummond, considerado um dos pioneiros nessa perspectiva de análise no Brasil, traz, na virada das décadas de 1980 e 1990, a História Ambiental como uma possibilidade a ser explorada por historiadores brasileiros. No olhar de Drummond, a história natural necessita de um tempo diferente da concepção de tempo humana, ocidentalizada, com a qual estamos acostumados. Segundo ele, o tempo natural (geológico) é muito mais longo (DRUMMOND, 1991). Rachel Carson (1969) também discursou sobre o tempo humano e o tempo necessário à regeneração da natureza. De acordo com seu olhar, a humanidade já não possui mais o tempo necessário para o ajuste entre as “coisas vivas” (CARSON, 1969, p. 15) e seu ambiente.

Utilizando essa divisão de tempo natural e humano, ao analisar um fenômeno natural, faz-se por meio da *longa duração*. Mas ao fazê-lo pela ótica de tempo humano, é possível analisar cada fenômeno separadamente. No entanto, desastres tendem a atrair a atenção apenas quando se apresentam com certa constância ou intensidade (KLANOVICZ, 2008).

Obviamente uma visão holística e transdisciplinar pode trazer vantagens para melhor ilustrar e compreender cada fenômeno. “Uma investiga-

ção bem sucedida [*sic*] de ciência socioambiental é, por definição, eclética” (DRUMMOND, 2000, p. 11). É necessário mais do que uma única área do conhecimento para compreender por inteiro um desastre ambiental. Sendo assim, a historiografia também vem dando à luz a questão ambiental e a natureza, trazendo novas perspectivas de pesquisa. Mesmo recente, esse processo de repensar as ações humanas em seu meio e buscar métodos de menores impactos à natureza vem, cada vez mais, gerando discussões relevantes.

Quanto à conceitualização dos desastres, de acordo com Emerson Vieira Marcelino (2007), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os desastres ambientais são classificados em *naturais* e *humanos*. Os desastres humanos são aqueles que ocorrem pela atividade humana, como: alguns incêndios, envenenamento de um rio por produtos químicos, entre outros. Já os desastres naturais são acontecimentos originados por um fenômeno natural, que resultam em danos humanos, materiais e ambientais, com ou sem o agravo da participação humana. Os tipos de desastres naturais são variados, entre eles estão as enchentes, os terremotos, os furacões, os tornados, as tempestades, etc.

No Brasil, os fenômenos naturais mais comuns que acarretam desastres são os fenômenos da dinâmica externa da Terra, tais como: chuvas, tempestades e deslizamentos. Mas, ao mesmo tempo, todos esses elementos são ocorrências naturais do planeta, existentes há milhões de anos, essenciais à renovação e ao equilíbrio do relevo terrestre.

Na região sul do País, por estar localizada sob influência dos climas temperado e subtropical, esses fenômenos são mais frequentes e poderosos (KLANOVICZ, 2008). Em Santa Catarina, os “desastres naturais” mais comuns são as enchentes, as inundações e os deslizamentos causados, em sua maioria, por elevados índices pluviométricos. Outros fenômenos também ocorrem, mas em menor frequência e consistência (CUNHA, 2003). No entanto, ações antrópicas, como modificações em leitos, impermeabilização dos solos, o assoreamento de rios e o desmatamento, têm intensificado as ocorrências e potencializado esses fenômenos.

Em contrapartida, a definição de “desastre natural” de Marcelino (2007), retratando a natureza como única causadora de desastres, como enchentes ou deslizamentos, é passiva de questionamentos e, portanto, é tratada aqui entre aspas. Isso porque no ato da subjugação da natureza pelo ser humano, o próprio ser humano causa a destruição de seu *habitat* (CARSON, 1969). Ao chamar de “desastre natural”, a responsabilidade é retirada da humanidade e colocada como um fenômeno natural de conotação (quase) divina, impossível de ser evitado, a menos que o ser humano altere, destrua e subjugu ainda mais a natureza com métodos paliativos para evitar novos “desastres naturais”. Essas calamidades vêm aumentando muito significativamente em todo o mundo. Nas últimas décadas, sua frequência chegou a aumentar 1000%, em comparação com a década de 1940 e o início de 1950 (MARCELINO, 2007).

Ao analisar os dados trazidos por Marcelino (2007), é fácil compreender que a origem dos desastres é antrópica. Seu crescimento acompanha o desenvolvimento econômico do período pós-Segunda Guerra Mundial e do período de crescimento dos centros urbanos. Com o desenvolvimento econômico do modelo capitalista, a exploração da natureza pelo ser humano também é aumentada (LUTZENBERGER, 1985).

O acontecimento acentuado de enchentes, inundações e deslizamentos que se tornam desastres está mais relacionado a habitações construídas em locais inadequados, como encostas e regiões baixas ou banhadas por rios e lagos, do que somente devido ao volume pluviométrico (COUTINHO, 2007). Segundo Porto (1995), sem um bom planejamento urbano, o limite de uma ocupação de terrenos baixos, ou banhados por rios, vai depender muito da memória das cheias. Muito comumente, áreas com grandes riscos a inundações, que passam alguns anos sem enchentes, são loteadas e tornam-se bairros residenciais. Esses bairros, fáceis de serem encontrados em cidades ribeirinhas, tornar-se-ão um local passivo a “desastres naturais”. A descrição de Porto (1995) se encaixa perfeitamente no caso aqui analisado. “Os moradores da cidade de Tubarão haviam perdido a memória das enchentes anteriores, porque, nas últimas décadas, elas aconteciam somente nos campos” (VETTORETTI,

1992, p. 225), o que fez com que a cidade avançasse em direção às áreas mais baixas, sujeitas a inundações. Quando houve a cheia de 1974, o rio extrapolou seu leito normal e a cidade foi atingida por uma inundação.

Essa enchente, que ocorreu em março de 1974, não foi a primeira a atingir a cidade, mas foi a primeira a ganhar tão grande enfoque e grandes proporções. Ocorriam inundações na região muito antes da existência da cidade, inclusive existem relatos de inundações ainda maiores, anteriores a 1974. A comprovação desses eventos pode ser encontrada e analisada principalmente em atas municipais, jornais e arquivos diocesanos.

A cidade de Tubarão está localizada em uma área plana, porém baixa, drenada pelo rio, que lhe deu seu nome. Sua altitude em relação ao mar é de aproximadamente oito metros (COMISSÃO..., 2011). A área onde está localizada, às margens do rio, foi formada durante séculos sucessivos de deposição de material erodido das encostas próximas e da Serra Geral. As águas do rio correm lentamente em Tubarão devido às poucas (ou nenhuma) quedas, aos desníveis existentes e ao assoreamento de seu leito. Não havia mata ciliar em Tubarão em 1974, então as margens estavam totalmente nuas. Hoje, a esparsa mata ciliar que há é composta por alguns poucos metros com muitas espécies exóticas que foram replantadas após 1974.

A constituição do solo da cidade de Tubarão “[...] se caracteriza, principalmente por uma planície sedimentar de formação recente, sendo que as elevações existentes correspondem a rochedos ilhados” (HIGASHI; DIAS, s.d., p. 03), e sua composição é principalmente de “Suíte Intrusiva Tabuleiro, Sedimentos siltico-arenosos de lagunas e baías e os Sedimentos argilo-arenosos contendo matéria orgânica de origem flúvio-lagunar” (HIGASHI; DIAS, s.d., p. 03).

Toda a área onde foi edificada a cidade apresenta indícios de já haver sido, em um passado não tão distante, leito de um grande rio ou parte de um lago. Isso pode ser mais bem observado por meio de sua formação geológica e da composição de seu relevo, constituído de uma planície inserida em um grande vale fluvial.

Ao realizar uma análise hidrográfica da cidade de Tubarão e observar as lagoas nos arredores, chama a atenção que todas são ligadas por canais ou rios. Essas ligações podem ser resquícios de sua unidade ancestral, descritos por Edgar Nunes (2002). Ainda no século XVIII, ou talvez antes, muito antes do surgimento da cidade, era comum que moradores da região, principalmente de Laguna, estabelecessem-se, sazonalmente ou não, nas imediações do rio Tubarão em busca de terras férteis para plantio (NUNES, 2002). Sendo assim, é difícil datar com precisão a primeira edificação ou os primeiros residentes daquele local. A qualidade do solo para plantio se dava pelas próprias cheias naturais do rio, que já ocorriam de tempos em tempos, quase de maneira cíclica. Essa relação entre o fenômeno das cheias e o da agricultura já reforça a existência de uma estreita ligação entre a sociedade, a natureza e os recursos naturais.

As primeiras grandes cheias de que se tem registro são datadas ainda do século XVIII (FEUERSCHUETTE, 2018). Todas elas sempre relacionadas ao transbordamento do rio Tubarão. Entre as primeiras a serem documentadas, estão as inundações ocorridas em 1797 e 1834 (BOITEUX, 1985).

Poucos anos depois, “[...] em 1838, também ocorreu uma grande enchente em todo litoral de Santa Catarina [...] tudo virou oceano” (VETTORETTI, 2007, p. 14). Em 1880 e em 1881, assim como em 1973 e 1974, ocorreram duas inundações, sendo a primeira de menor proporção, afetando apenas a agricultura, e a segunda, muito maior, ocasionando grande preocupação entre os moradores (VETTORETTI, 1992).

Ainda em 1887, outra enchente assolou a cidade, ainda maior que as anteriores documentadas. Entre os prejuízos, estavam “[...] todas as lavouras dos pobres lavradores, assim como diversas casas que foram arrancadas pelas águas” (MACHADO, 2005, p. 15). “Os habitantes da cidade já estavam habituados a assistirem *[sic]* enchentes e sabiam que as águas não ultrapassariam a um determinado nível” (FREITAS, 2001, p. 12), mas, assim como em 1974, estavam enganados.

Em 25 de setembro de 1897, outra inundação trouxe desespero aos tubaronenses. “Diz-se que houve até ceifa de vidas humanas, somada a expressivas perdas materiais principalmente no âmbito rural” (MACHADO, 2005, p. 15). Também está ligada a essa inundação a destruição do Palacete Cabral, que estava em construção, restando apenas os seus alicerces (ALBEIRICE, 1981).

Após alguns anos, em 1917, uma nova inundação do rio ocorreu em Tubarão. Embora em menores proporções que a de 1887 e a de 1897, também ocasionou estragos e prejuízos à cidade, como pode ser visto no artigo do jornal “A Opinião”, de 26 de janeiro de 1917 (*apud* VETTORETTI, 1992, p. 225).

Em 1928, outra vez as águas do rio Tubarão voltaram a assustar os moradores. “Em 7 de maio de 1928 – dessa vez ocasionando consideráveis prejuízos ao centro urbano e à zona rural já razoavelmente populosa – repetiu-se ao desastre climático, agora com resultados alarmantes para o seu tempo” (MACHADO, 2005, p. 16). Ainda sobre a inundação de 1928, falou-se que foi “[...] a maior desgraça até hoje conhecida aqui. Os prejuízos da lavoura, agricultura, indústria e pecuária são calculados superiores a três mil contos” (A IMPRENSA *apud* MACHADO, 2005, p. 16).

Vinte anos depois, em abril de 1948, outra cheia assolou a região. Pedidos de auxílio foram enviados solicitando apoio às vítimas, resultando, inclusive, na visita do ministro da Viação e Obras Públicas Clovis Pestana, acompanhado pelo governador de Santa Catarina Aderbal Ramos da Silveira (FEUERSCHUETTE, 2018).

Seis anos depois, em 1954, mais uma cheia apavorou os tubaronenses. Mesmo que descrita como a maior dos últimos cinquenta anos, apenas gerou prejuízo nas áreas rurais da cidade. Nos anos de 1957, 1958, 1960, 1963 e 1967, um número significativo de inundações, cheias e transbordamentos do rio Tubarão também foi registrado (FEUERSCHUETTE, 2018).

Em 1971, um acontecimento marcou a vida dos moradores da cidade de Lauro Müller e região, onde nascem e passam alguns dos afluentes do rio Tubarão. Pontes de concreto, estação rodoviária e outras construções também foram destruídas (FREITAS, 2001).



Assim como nos episódios de 1880 e 1881, em 1973, um ano antes da inundação objeto desta pesquisa, outra cheia, embora de pequena proporção, atingiu a cidade. A providência tomada foi a mesma que seria realizada em 1974, ou seja, abrir a barra do Camacho, que estava assoreada (JORNAL DE SANTA CATARINA, 23/04/1974, n.p.).

No advento de março de 1974, o ocorrido foi fruto de uma grande combinação de fatores naturais e humanos, depois de um período com chuvas intermitentes que deixaram o solo já consideravelmente encharcado. Era a conhecida *lestada* (chuva e ventos vindos do mar), que chegara ao continente e represava-se na Serra Geral. Essa situação agravada pela maré sizígia, que represava a vazão das águas na barra de Laguna, SC, começava a avolumar o leito do rio, o qual já se encontrava assoreado e sem mata ciliar. No dia 22 de março, sexta-feira, as chuvas foram mais intensas. As áreas baixas já começaram a ficar tomadas pela água, mas, até então, não haviam grandes preocupações. Áreas de plantio, que eram as primeiras a serem atingidas, já não causavam espanto ao ficarem submersas, uma vez que algumas dessas áreas estavam a apenas um metro de altitude em relação ao nível do mar (VETTORETTI, 1992).

No sábado, dia 23 de março, duas “[...] trombas d’água estavam assolando as cidades de Orleans e Lauro Müller” (CARGNIN, 2000, p. 146). O rio não demorou a subir e, com isso, aumentou o número de desabrigados. À tarde, as águas pareceram estar estabilizadas e algumas pessoas já tinham retornado a suas casas. “Ainda que numa situação absolutamente crítica, sentiu-se um clima de relativa euforia e uma breve sensação de alívio” (CARGNIN, 2000, p. 147). Mas o alívio não durou. Logo a chuva voltou a cair e os noticiários da rádio Tubá continuavam a alertar a população. Isso até que, às 22h00min, a cheia tomou a termoeletrica Jorge Lacerda e fez-se o apagão, iniciando a que seria chamada “noite da agonia” (MACHADO, 2005). As águas continuaram subindo rapidamente durante a noite. Muitas pessoas foram pegas de surpresa em meio à escuridão. Quem pôde fugiu às pressas de suas casas e refugiou-se em locais mais elevados, como o morro da cathedral ou alguns prédios públicos.

Muitos se refugiaram em casas de conhecidos, dentre elas, algumas situadas em encostas. Infelizmente, esses que não sofreram com as cheias acabaram sofrendo com os deslizamentos de terras e das rochas que desciam das partes mais elevadas dos morros. Oficialmente, 25 pessoas morreram soterradas por deslizamentos de encostas, das quais muitas nunca foram resgatadas e ainda permanecem sob os escombros de suas casas, da terra e das rochas que vieram morro abaixo (ALBEIRICE, 1981).

Ao raiar do sol na manhã de domingo, dia 24 de março, o que se via era inacreditável. Desde as proximidades da localidade de Gravatal até o Camacho, tudo era uma grande lagoa, como aquela descrita por Edgar Nunes (2002), com uma extensão de aproximadamente 70 km (CARGNIN, 2000).

Com a abertura da barra do Camacho, as águas que estavam represadas começaram a baixar rapidamente. Mas esse aceleração, que baixou um metro de água em duas horas, gerando enorme correnteza, contribuiu para a destruição de casas e de outras construções que estavam tomadas pelas águas. Para se ter uma ideia do volume da água represada, quando o exército abriu a barra do Camacho, utilizando alguns quilos de dinamite, conseguiu abrir um canal de aproximadamente 10 metros, o qual se transformou em “[...] quase um quilômetro em consequência da força de água que desembocou no mar e causou a erosão natural do canal” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 30/03/1974, n.p.). Mesmo com a abertura da barra e com o rápido escoamento das águas represadas, algumas pessoas somente puderam sair dos prédios em que estavam abrigadas na quarta-feira, dia 27 de março, permanecendo sem água, energia ou comida.

Depois que as águas baixaram, o que se via era uma cidade arrasada. Apenas poucos pontos não foram alagados, e aproximadamente 60.000 dos 70.000 habitantes da cidade estavam desabrigados. A lama e o cheiro de podre estavam em toda parte. Os animais de corte encontrados vivos foram sacrificados no meio das ruas e sua carne distribuída para a população. Segundo Vettoretti (2007, p. 15), o episódio da enchente que mais o marcou foi “[...] a cena de um boi sendo carneado na Rua Laguna”. O autor (2007, p. 15) também

relatou que “[...] estava com a máquina no pescoço, mas fiquei tão petrificado que não consegui fazer a fotografia”.

Grupos inteiros de pessoas adoeceram devido à contaminação das águas e à escassez de água potável e de comida (CARGNIN, 2000). Pessoas de todas as camadas sociais foram vistas com baldes ou outros recipientes transitando pelas ruas em busca de água e alimentos (JORNAL DE SANTA CATARINA, 24/05/1974). Os jornais de 1974 sugeriram que tanto famílias mais abastadas quanto as menos abastadas foram atingidas, no entanto, as áreas mais elevadas, onde as águas não chegaram, como o morro da catedral, eram os bairros *nobres* da cidade, com casas maiores e mais bem construídas. Dessa forma, seria ingenuidade crer que todas as classes foram atingidas da mesma forma.

Mesmo com um histórico tão extenso de cheias e inundações anteriores a 1974, “[...] a memória desses fatos foi apagada de forma coletiva. Por desconhecimento de situações e episódios semelhantes, muitos consideram a inundação de 1974 como fenômeno, algo inédito, e para alguns, até um castigo” (VETTORETTI, 1992, p. 224).

## Outras Reflexões

A conclusão de uma pesquisa como esta tornar-se-ia desafiadora apenas por sua perspectiva ambiental, ainda recente na historiografia brasileira. O desafio ainda seria ampliado ao tomar um desastre ambiental como a *Enchente de 74*, que, como mencionado anteriormente, é um desastre com nome no qual existem tantos sentimentos e romantismos, política, economia e cultura já enraizados. Mas, sendo uma forma de análise tão nova, imensos campos ainda estão esperando por pesquisas as quais, no caso dos desastres, cada qual apresenta particularidades e semelhanças.

Em Tubarão, o longo histórico de enchentes e inundações que já ocorriam há tanto tempo naquele local foi de grande importância na formação

de seu relevo. Toda aquela grande bacia sedimentar, mesmo que apenas sazonalmente ou esporadicamente, é parte integrante do rio. Assim, mesmo que ninguém goste de ter um rio em seu quintal, todos ainda habitam o “quintal” do rio.

A própria divisão dos “desastres ambientais” em “desastres humanos” e “desastres naturais” é resultado de uma visão antiquada e cartesiana que separa o homem moderno da natureza. Sendo a humanidade parte da natureza, deve-se considerar que todo desastre é um “desastre natural”? Ou se mantém a divisão existente e classificamos os desastres com influências antrópicas, como a inundação ocorrida em 1974, como um “desastre humano”? Afinal, o que dá ao fenômeno patamar de desastre é unicamente a presença humana ou cultural, ou seja, se o fenômeno não atingir concentrações populacionais, bens materiais ou culturais, não passará de um fenômeno natural.

Inundações, como a de 1974, provavelmente voltarão a atingir a cidade de Tubarão. “Temos ciência que segundo cálculos estatísticos teremos novamente outra inundação dentro de até 30 (trinta) anos” (COMISSÃO..., 2011, p. 22). Lutzenberger (1985, p. 38) já nos prevenia que

[...] a repetição das calamidades generalizadas provocadas pelas enchentes confirma o que há tanto tempo já se podia prever. Se hoje os estragos são imensos e os mortos se contam às centenas, não tardará o dia em que os flagelados e os mortos totalizarão milhões. Somos incapazes de aprender com nossos erros. As advertências sempre mais dramáticas da Natureza de nada valem. Insistimos no consumo de nosso futuro.

No início do povoamento, antes da existência da cidade, os moradores estavam adaptados ao seu ambiente e tiravam proveito daquele fenômeno por meio da agricultura. Ao se “desprender” da natureza através de um pensamento cartesiano errôneo, o homem moderno agora tenta adaptar o meio ao seu modo de vida destruidor por meio do “controle da natureza”. Sobre esse

pensamento, Carson (1969, p. 305) enfatiza que “[...] o ‘controle da natureza’ é frase concebida em espírito de arrogância, nascida da idade ainda neanderthalense da Biologia e da Filosofia, quando se propunha que a Natureza existia para a conveniência do homem”.

De forma semelhante, Lutzenberger (1988) aponta para o conceito errôneo de progresso e de desenvolvimento, que busca apenas lucro financeiro e não sustentabilidade, harmonia ou integração. Paralelamente a isso, faz-se importante relatar que, em âmbito mundial, os desastres naturais são bastante seletivos quanto às suas vítimas (KLANOVICZ, 2008). De acordo com Marcelino (2007), mais de 70% dos países atingidos por desastres, e mais de 95% das mortes em decorrência deles, ocorrem em países pobres. Nesse sentido, há uma inversão em relação à ação/reação voltada aos desastres, pois mesmo que o modelo econômico capitalista de alguns países bastante industrializados se mostre o mais agressivo ao ambiente, aqueles que mais sofrem são os mais carentes, os menos industrializados e vítimas de maiores desigualdades sociais. Além disso, a população de maior poder aquisitivo tende a habitar locais mais seguros e elevados, que possuem maior valor imobiliário, ou a se evadir mais rapidamente de locais alertados sobre a chegada de desastres em potencial, ao contrário das camadas populacionais de menor poder aquisitivo (EVANGELISTA, 2005, p. 9).

Sobre o caso de Tubarão, SC, o que foi feito nas décadas que se passaram desde a *Enchente de 74* foram obras públicas. Nenhum projeto de caráter ecológico, de preservação ou de restauração ambiental foi criado. Pelo contrário, surgiram projetos apenas para “conter as cheias”, ou seja, “controlar a natureza”. Entre eles estavam projetos de retificação do curso do rio, de dragagem, de construção de barragens e de uma espécie de dique de concreto, que evita que as areias fechem a barra do Camacho. Alguns projetos, como a dragagem, a construção da retenção no Camacho e a retificação do curso foram realizados. Outros, como o das barragens, nunca passaram de promessas. A mata ciliar e as áreas de preservação permanente (APP), estipuladas no Plano Diretor do Município de Tubarão em 1994, nunca foram respeitadas.

Partes da draga que efetuou a retificação das margens do rio e a dragagem de seu leito se tornaram um monumento. Elas estão em um de pedestal de concreto, com um indicador do nível máximo das águas da *Enchente de 74*. À primeira vista, parecem representar, imponentes, um troféu da vitória do ser humano sobre a natureza.

## REFERÊNCIAS

- ALBEIRICE, Pedro. **Tubarão 74**: A Catástrofe. Tubarão: Dehon, 1981. 108 p.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **As águas se foram, Tubarão se recupera e todos são iguais**. Blumenau, 24 de maio de 1974.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **É preciso manter barra do Camacho desobstruída para impedir nova cheia**. Blumenau, 23 de abr. de 1974.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **Se não dinamitassem barragem, morreriam muitos mais**. Blumenau, 30 de mar. de 1974.
- BOITEUX, Henrique. **A República Catharinense**: Notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985. 324 p.
- CARGNIN, Alberto. **Tubarão**: do primeiro centenário ao fim do milênio. Tubarão, SC: Dehon, 2000. 174 p.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1969. 305 p.
- COMISSÃO Especial de Alerta Contra Catástrofes Climáticas. 2011, p. 7.
- COUTINHO, Ronaldo. Enchente de 74: A força de um povo que soube reconstruir sua história. **Aquecimento global em debate**, Tubarão, ano 1, n. 3, p. 10, 2007.
- CUNHA, Sandra Batista. Canais fluviais e a questão ambiental. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). **A questão am-**

**biental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 219, 237.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 184-198, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. Ciência Socioambiental: Notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. *In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo Benedito (Orgs.). História, espaço e meio ambiente*. Maringá: AMPUH-PR, 2000, p. 11-43. Disponível em: <http://professores.cds.unb.br/drummond/pub/index.cfm?x=14>. Acesso em: 05 out. 2011.

EVANGELISTA, Luiz Carlos da Rosa. Enchentes, fenômenos cíclicos? 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4855>. Acesso em: 18 set. 2011.

FEUERSCHUETTE, Irmoto José. **Tuba-nharô – O pai feroz:** O drama das inundações no sul de Santa Catarina. Palhoça: Ed. Unisul, 2018. 156 p.

FREITAS, Carlos Flor de. **Vivências e evidências da enchente de 1974 em Tubarão.** 2001. 34 f. Monografia (Especialização em História Local e Regional) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2001.

HIGASHI, Rafael Reis; DIAS, Regina Davison. **Interpretação de dados cartográficos como subsídio ao planejamento urbano do município de Tubarão.** Sem data de publicação. Disponível em: [www.cartografia.org.br/xxi\\_cbc/060-SG10.pdf](http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/060-SG10.pdf). Acesso em: 18 jun. 2011.

KLANOVICZ, Jó. Apontamentos Teórico-metodológicos para uma História Ambiental dos desastres “naturais” em Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, v. 01, n. 6, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/issue/view/28>. Acesso em: 18 jun. 2011.

LUTZENBERGER, José. **Ecologia:** do jardim ao poder. 10. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985. 102 p.

LUTZENBERGER, José. **O fogo no Pantanal**. 1988. Disponível em: [www.agirazul.com.br/artigos/fogopan.htm](http://www.agirazul.com.br/artigos/fogopan.htm). Acesso em: 10 nov. 2011.

MACHADO, Cesar do Canto. **Tubarão 1974**: Fatos e relatos da grande enchente. Tubarão, SC: UNISUL, 2005. 203 p.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres Naturais e Geotecnologias**: Conceitos Básicos. Santa Maria, RS: INPE, 2007 (Versão preliminar). Disponível em: [www.inpe.br/crs/geodesastres/conteudo/publicacoes/conceitosbasicos.pdf](http://www.inpe.br/crs/geodesastres/conteudo/publicacoes/conceitosbasicos.pdf). Acesso em: 20 set. 2011.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. 120 p.

NUNES, Edgar. **Tubarão**: Histórias e lorotas. Tubarão, SC: Copiart, 2002. 96 p.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PORTO, Rubem La Laina; BARROS, Mario Tadeu de. **Drenagem urbana**. Porto Alegre: ABRH, 1995. 428 p.

VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão, SC: Incopel, 1992. 426 p.50

VETTORETTI, Amadio. **O retrato de uma história**. Enchente de 74: A força de um povo que soube reconstruir sua história. Tubarão, ano 1, n. 3, p. 14-15, 2007.